



Nome: \_\_\_\_\_

**02 – MONITOR DO PIM – PROVA 01****PROVA ESCRITA OBJETIVA  
CADERNO DE QUESTÕES**

**Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.**

1. **Confira o seu CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova.** Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A não assinatura incide na DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 opções identificadas com as letras A, B, C, D e E. Você deve assinalar apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
4. Não dobre, não amasse nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele NÃO poderá ser substituído.
5. O tempo disponível para esta prova é de **3h**.
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
7. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA. Em seguida, assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES E/OU o CARTÃO-RESPOSTA estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
8. Você também será excluído do certame caso:
  - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie.
  - b) Ausente-se da sala em que realiza a prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES e/ou CARTÃO-RESPOSTA, antes do prazo estabelecido.
  - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no CARTÃO-RESPOSTA.
  - d) Seja um dos três últimos candidatos e deixe o local de prova sem acompanhar o fiscal à coordenação.

-----  
GABARITO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

**Prefeitura Municipal de Teutônia – RS**  
**Seleção Pública – 001/2023**



**02 – MONITOR DO PIM – PROVA 01****CONHECIMENTOS GERAIS****TEXTO**

Para compreender a questão da grilagem, é necessário conhecer as formas históricas de distribuição e aquisição de terras no Brasil. No período colonial, a divisão do território em sesmarias (imensos lotes de terras virgens distribuídos em nome do rei de Portugal para agricultura) criou problemas que estão na origem da questão fundiária atual.

Um primeiro problema surge da dificuldade em se mapear um território tão extenso. Além disso, amplas áreas não eram utilizadas do ponto de vista produtivo. Outro problema vem da escassez de população, que limitava a ocupação do território e a disponibilidade de força de trabalho no campo. Estima-se que, até 1700, a população brasileira era de apenas 300 mil habitantes, em boa medida concentrados no litoral nordestino e nas regiões mineradoras, segundo aponta Celso Furtado em seu livro *Formação Econômica Brasileira*.

Por fim, somam-se a essas questões limitações políticas de domínio territorial, já que muitas regiões, principalmente no interior do país, não eram administradas na prática pela coroa portuguesa ou eram regiões em disputa com outros países. [...]

Com a independência do país em 1822 e a revogação do regime das sesmarias, instaurou-se um vazio jurídico que reforçou a ocupação espontânea. O território em construção e seus confins alimentavam os mais diversos anseios de apropriação e exploração, tanto para os atores mais vulneráveis do campo (camponeses, indígenas, caboclos, escravos libertos) quanto para os mais providos. [...]

A Lei de Terras, de 1850, que dispõe sobre as terras devolutas no Império, passa a ser um marco na regulação fundiária nacional ao estipular que o acesso à terra não mais se daria pela mera ocupação, e sim por meio da sua compra. Ao instituir a propriedade privada e o mercado de terras, a Lei de Terras estabeleceu, ao mesmo tempo, a definição de terra pública. Assim, todos os possuidores (sesmeiros e posseiros) tinham um prazo estabelecido para registrarem suas terras, sob pena de estas caírem em comisso, isto é, de voltarem ao domínio público e serem consideradas, portanto, terras devolutas. [...]

Ela é, ainda, interpretada como um texto conservador, cuja preocupação foi garantir a permanência de oferta de mão de obra barata ao setor agropecuário e consolidar as elites agrárias num momento em que o fim da escravatura estava se desenhando. De fato, ela exclui do mercado fundiário todos aqueles que não possuem recursos para adquirir terra. [...]

Esse processo consolidou dois perfis que ajudam a compreender a complexidade da posse de terras. O primeiro perfil remete a camponeses que, ainda que não possuíssem o título da terra, moravam e produziam nos locais já ocupados. São os chamados posseiros. A Lei de Terras garantiu a sua permanência como ocupantes legítimos; porém, novas ocupações não poderiam se dar da mesma forma. Daí em diante, as terras teriam que ser compradas do Estado. O outro perfil é o de grupos que também ocupavam as terras de maneira irregular, mas falsificavam documentos de concessão das antigas sesmarias ou documentos de transmissão de posse como forma de serem reconhecidos como os verdadeiros donos da terra. Esses são os chamados grileiros. [...]

Por tudo isso, é possível concluir que a Lei de Terras de 1850, longe de contribuir para discriminar as terras públicas das privadas, serviu, em grande medida, como mecanismo para incorporação ilegal de terras públicas e consolidação de áreas griladas.

A partir de então, a grilagem se consolidou como uma prática lucrativa de controle da terra. À medida que a ocupação do território se intensificou, conflitos se multiplicaram entre posseiros, grileiros e proprietários. O progressivo adensamento da estrutura fundiária nas áreas de agricultura consolidada contribuiu no avanço e na busca por novas terras nas áreas ainda pouco cobiçadas, com baixa ocupação populacional.

É nas áreas de fronteira agrícola, onde o mercado fundiário é ainda balbuciante e a delimitação das propriedades muito imprecisa, que a grilagem se expressa com maior força e continua liderando, como no passado, a apropriação de terras. Nelas, o Estado não consegue conter a grilagem, por não ter um registro cartográfico completo das terras públicas, nem cadastro da delimitação precisa das propriedades privadas. [...]

As fronteiras agrícolas do Cerrado e da Amazônia, por exemplo, são notoriamente marcadas



por grilagem e conflitos fundiários, onde é comum ver uma mesma terra sendo reivindicada por duas, três ou quatro pessoas distintas. Não por coincidência, as fronteiras agrícolas das últimas décadas se destacam pelo grande tamanho dos estabelecimentos agrícolas e por concentrar muita terra em poucas mãos.

Por essas características e pela incapacidade do poder público em regulá-la, a grilagem tornou-se, também, um dos motores da concentração fundiária no país. [...]

Existem muitos mecanismos jurídicos de execução da grilagem. A origem do termo é ligada ao uso de grilos trancados em uma caixa com documentos forjados, a fim de envelhecer artificialmente o documento para parecer mais legítimo. Hoje, porém, os protocolos de falsificação de documentos se sofisticaram, inclusive com o uso de técnicas digitais, e são facilitados pela própria legislação agrária e ambiental.

Os cartórios são a espinha dorsal do sistema, já que aceitam abrir matrículas com uma documentação incompleta ou suspeita. Uma vez que o proprietário tem o ônus de provar o desmembramento do imóvel particular a partir do patrimônio público, esse momento da alienação para um agente privado é o que se escolhe com maior frequência para forjar documentos, abrindo-se uma matrícula sem indicar a origem do imóvel.

A partir disso, se constrói uma cadeia dominial sucessória, através da qual é reconstituída toda a genealogia das sucessivas compras, vendas e transmissões de um bem desde a sua forjada saída do patrimônio público. [...]

Outra modalidade são as ações judiciais que procuram reconhecer terras devolutas como sendo privadas para driblar a proibição constitucional de usucapião de terras públicas. [...] A mesma operação pode ser realizada com declarações de posse que, mediante ação de um cartório conivente, podem ser transcritas como sendo registros de propriedade. Existe ainda, a técnica de retificação de área no registro de propriedade, na qual solicita-se que os limites de uma propriedade sejam modificados em cartório. Nesse caso, a matrícula existe, mas o pretense proprietário alega um erro na área registrada e solicita a ampliação dos seus contornos. [...]

Paralelamente, as medidas de regularização ambiental implementadas pelo Código Florestal de 2012 instauraram o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que vem sendo usado como um cadastro

fundiário informal nas operações de grilagem, para comprovar a ocupação e propriedade de terra. [...]

Além de usurpar uma terra pública, os registros digitais conflitam muitas vezes com outros ocupantes dessas áreas que ainda não têm os seus direitos reconhecidos. As organizações de defesa das populações indígenas e tradicionais se mobilizam para denunciar essas práticas e alertam o poder público sobre a urgência de fazer o CAR de todas as terras de uso ou propriedade coletivos. [...]

Os estudos realizados sobre os usos do CAR e dos mecanismos simplificados de regularização fundiária apontam a existência de esquemas organizados de grilagem e denunciam, ainda, uma relação causal entre desmatamento ilegal e grilagem. [...]

Um estudo do Instituto Socioambiental na Amazônia avaliou em 11,6 milhões o número de hectares registrados no CAR em nome de terceiros e sobrepostos a Unidades de Conservação federais na Amazônia em 2020. Se acrescentar a isso as Unidades de Conservação estaduais, TI e as florestas públicas não destinadas, as sobreposições de CAR de terceiros sobre áreas protegidas na Amazônia Legal chegam a 29 milhões de hectares, dentre as quais 3,5 milhões em Terras Indígenas. [...]

BÜHLER, È. A; ZUCHERATO, B; IZECKSOHN, J. *As novas faces da grilagem no Brasil*. In: Revista Ciência Hoje [CH 395]. Disponível em: <<https://cienciahoje.org.br/artigo/as-novas-faces-da-grilagem-no-brasil/>>. Último acesso em 15 de junho de 2023. (Adaptado)

### Questão 01

“No período colonial, a divisão do território em sesmarias (imensos lotes de terras virgens distribuídos em nome do rei de Portugal para agricultura) criou problemas que estão na origem da questão fundiária atual.”

De acordo com o texto, a palavra “fundiária” tem relação sinonímica com a palavra:

- Latifundiária.
- Autoritária.
- Agrária.
- Proprietária.
- Subsidiária.

### Questão 02

“O território em construção e seus confins alimentavam os mais diversos anseios de apropriação e exploração, tanto para os atores mais vulneráveis do campo (camponeses, indígenas, caboclos, escravos libertos) quanto para os mais providos.”



As palavras destacadas no segmento acima podem ser substituídas, sem prejuízo semântico, respectivamente, por:

- a) Atributos, interesses, abastados.
- b) Limites, desejos, munidos.
- c) Projetos, interesses, ricos.
- d) Bens, desejos, abastecidos.
- e) Fronteiras, vontades, poderosos.

### Questão 03

“Ela é, ainda, interpretada como um texto conservador, cuja preocupação foi garantir a permanência de oferta de mão de obra barata ao setor agropecuário e consolidar as elites agrárias num momento em que o fim da escravatura estava se desenhando.”

Assinale a alternativa que reescreve CORRETAMENTE o trecho acima, respeitando a norma culta da língua portuguesa.

- a) Ela ainda é interpretada como um texto conservador, cuja preocupação foi tanto garantir a permanência de oferta de mão de obra barata ao setor agropecuário quanto consolidar as elites agrárias em um momento no qual o fim da escravatura estava se desenhando.
- b) Ela é, ainda, interpretada como um texto conservador, onde a preocupação foi garantir a permanência de oferta de mão de obra barata no setor agropecuário e consolidar as elites agrárias num momento onde o fim da escravatura estava se desenhando.
- c) Ela é ainda interpretada como um texto conservador cuja preocupação foi garantir a permanência de oferta de mão de obra barata ao setor agropecuário e consolidar as elites agrárias num momento que o fim da escravatura estava se desenhando.
- d) Ela é, ainda, interpretada como um texto conservador, que a preocupação foi garantir a permanência de oferta de mão de obra barata ao setor agropecuário e consolidar as elites agrárias num momento aonde o fim da escravatura estava se desenhando.
- e) Ela é, ainda, interpretada como um texto conservador, em que a preocupação foi garantir não menos a permanência de oferta de mão de obra barata ao setor agropecuário que consolidar as elites agrárias num momento que o fim da escravatura estava se desenhando.

### Questão 04

“É nas áreas de fronteira agrícola, onde o mercado fundiário é ainda balbuciante e a delimitação das propriedades muito imprecisa”.

O termo destacado no fragmento acima está sendo usado no seu sentido figurado. É CORRETO afirmar que essa palavra pode ser substituída nesse contexto por:

- a) Principiante.
- b) Hesitante.
- c) Inconstante.
- d) Vibrante.
- e) Insipiente.

### Questão 05

No trecho “A partir disso, se constrói uma cadeia dominial sucessória, através da qual é reconstituída toda a genealogia das sucessivas compras, vendas e transmissões de um bem”, o termo destacado se refere, CORRETAMENTE, a(à):

- a) Domicílio.
- b) Família.
- c) Domínio.
- d) Território.
- e) Âmbito.

### Questão 06

“Estima-se que, até 1700, a população brasileira era de apenas 300 mil habitantes, em boa medida concentrados no litoral nordestino e nas regiões mineradoras, segundo aponta Celso Furtado em seu livro Formação Econômica Brasileira.”

O termo destacado no trecho acima deve ser classificado CORRETAMENTE como:

- a) Numeral.
- b) Substantivo.
- c) Adjetivo.
- d) Conjunção.
- e) Pronome

### Questão 07

“[...] somam-se a essas questões limitações políticas de domínio territorial, já que muitas regiões, principalmente no interior do país, não eram administradas na prática pela coroa portuguesa ou eram regiões em disputa com outros países”.

A locução conjuntiva “já que” no trecho acima introduz o mesmo significado que se encontra na expressão destacada em:



- a) “Uma vez que o proprietário tem o ônus de provar o desmembramento do imóvel particular a partir do patrimônio público, esse momento da alienação para um agente privado é o que se escolhe com maior frequência para forjar documentos”.
- b) “Assim, todos os possuidores (sesmeiros e posseiros) tinham um prazo estabelecido para registrarem suas terras, sob pena de estas caírem em comisso, isto é, de voltarem ao domínio público e serem consideradas, portanto, terras devolutas”.
- c) “O primeiro perfil remete a camponeses que, ainda que não possuíssem o título da terra, moravam e produziam nos locais já ocupados”.
- d) “Se acrescentar a isso as Unidades de Conservação estaduais, TI e as florestas públicas não destinadas, as sobreposições de CAR de terceiros sobre áreas protegidas na Amazônia Legal chegam a 29 milhões de hectares”.
- e) “A mesma operação pode ser realizada com declarações de posse que, mediante ação de um cartório conivente, podem ser transcritas como sendo registros de propriedade”.

**Questão 08**

No trecho “A medida que a ocupação do território se intensificou, conflitos se multiplicaram entre posseiros, grileiros e proprietários”, a expressão destacada estabelece, em relação ao fato contido na oração principal, a relação de:

- a) Conformidade.  
b) Causa.  
c) Tempo.  
d) Proporcionalidade.  
e) Concessividade.

**Questão 09**

“Por essas características e pela incapacidade do poder público em regulá-la, a grilagem tornou-se, também, um dos motores da concentração fundiária no país.”

Considerando o trecho acima, é CORRETO afirmar que:

- a) A palavra “grilagem” é formada por derivação regressiva.  
b) O termo “concentração” exige um complemento nominal.  
c) O verbo “regular” está na sua forma infinitiva.  
d) O verbo “tornar-se” é transitivo direto.  
e) “em regulá-la” exerce a função de adjunto adnominal.

**Questão 10**

“A mesma operação pode ser realizada com declarações de posse que, mediante ação de um cartório conivente, podem ser transcritas como sendo registros de propriedade.”

Os termos destacados devem ser classificados, respectivamente, como:

- a) Pronome demonstrativo, Pronome relativo, Preposição.  
b) Pronome demonstrativo, Conjunção, Preposição.  
c) Adjetivo, Pronome relativo, Conjunção.  
d) Adjetivo, Conjunção, Conjunção.  
e) Pronome substantivo, Conjunção, Preposição.

**Questão 11**

Conforme Constituição Federal de 1988, são estáveis \_\_\_\_\_ de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- a) Após dois anos.  
b) Após quatro anos.  
c) Após três anos.  
d) Após um ano.  
e) Após cinco anos.

**Questão 12**

Nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes, para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:

- a) 7 (sete) Vereadores.  
b) 9 (nove) Vereadores.  
c) 11 (onze) Vereadores.  
d) 13 (treze) Vereadores.  
e) 15 (quinze) Vereadores.

**Questão 13**

Analise as afirmativas a seguir, conforme Constituição Federal de 1988:

- I- A soberania é princípio que rege as relações internacionais da União.  
II- O pluralismo político é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.  
III- Erradicar a pobreza não é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

A seguir, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas os itens I e III estão incorretos.  
b) Apenas os itens I e II estão corretos.  
c) Apenas o item I está correto.



- d) Apenas o item II está correto.  
e) Todos os itens estão incorretos.

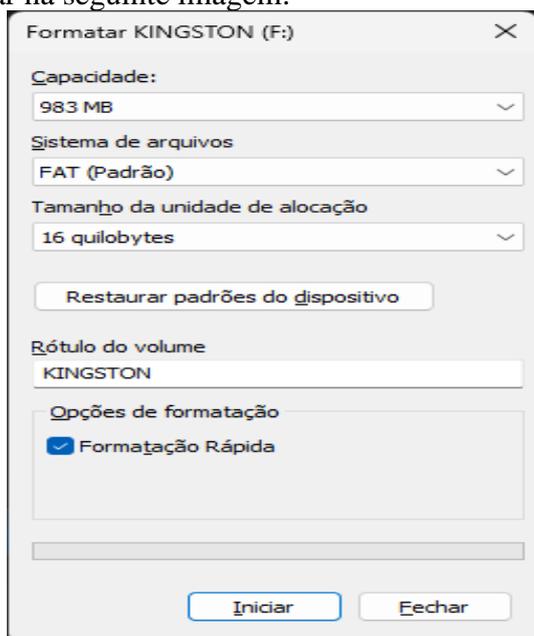
**Questão 14**

Um bolo de chocolate foi  $\frac{3}{12}$  vendido ao José por R\$ 13,50 e dividiu com sua amiga Natália. Esta, ficando impressionada com o delicioso sabor, resolveu comprar o restante da torta. Assinale quanto Maria pagou.

- a) R\$ 34,00.  
b) R\$ 38,50.  
c) R\$ 40,50.  
d) R\$ 43,00.  
e) R\$ 45,50.

**Questão 15**

Considere um usuário utilizando um computador com o Microsoft Windows 11 instalado. A partir do Explorador de Arquivos, ele realiza algumas ações até chegar na seguinte imagem:

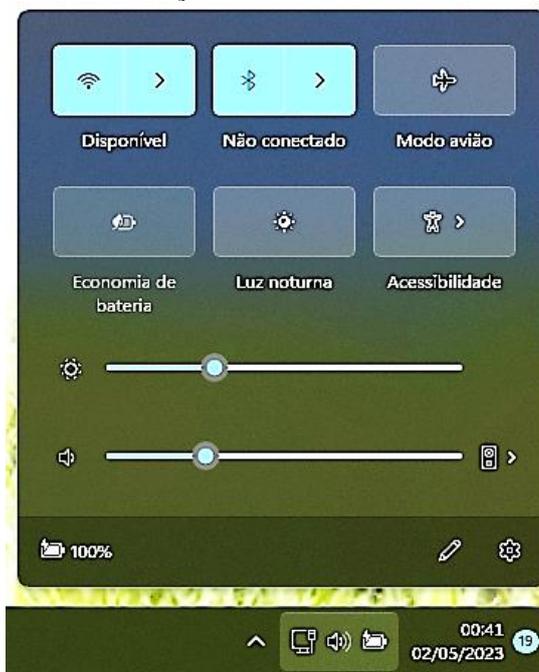


O usuário precisa garantir que o processo de formatação verificará a integridade de cada setor enquanto exclui os blocos existentes. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta a opção que o usuário necessita alterar para realizar a formatação conforme desejado pelo usuário.

- a) Capacidade.  
b) Rótulo do Volume.  
c) Formatação Rápida.  
d) Sistema de Arquivos.  
e) Tamanho da Unidade de Alocação.

**Questão 16**

Nos parques tecnológicos, é comum aos usuários do Microsoft Windows verificar e editar o estado atual de diversos recursos do computador. Neste contexto, imagine que um usuário está em um computador com Microsoft Windows 11 e observa a imagem a seguir da área de notificação:



Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) É possível para o usuário alterar o contraste do monitor a partir desta tela da área de notificação.  
b) É possível para o usuário acionar o recurso de legendas ao vivo a partir desta tela da área de notificação.  
c) É possível para o usuário atualizar o driver da placa de rede sem fio a partir desta tela da área de notificação.  
d) É possível para o usuário alterar o dispositivo de entrada de áudio da estação a partir desta tela da área de notificação.  
e) É possível para o usuário desativar a conectividade com e sem fio do computador a partir desta tela da área de notificação.

**Questão 17**

O Microsoft Windows oferece diversos recursos para que usuários organizem e manipulem seus arquivos dentro do computador. Considere que um usuário acessa uma pasta que se encontra na área de trabalho de uma estação com Microsoft Windows 11 e seleciona o único documento de texto contido na pasta. O usuário então executa a seguinte sequência de comandos/teclas:



- 1) Ctrl + A
- 2) Ctrl + X
- 3) Ctrl + V
- 4) Enter

Assinale a alternativa que descreve o resultado final da execução dessa sequência de comandos/teclas.

- a) É criada uma cópia do arquivo selecionado, sendo esta cópia aberta em seguida e seu conteúdo exibido para o usuário.
- b) É criada uma cópia do arquivo selecionado, sendo o arquivo original aberto em seguida e seu conteúdo exibido para o usuário.
- c) O arquivo original é recortado e colado na mesma pasta, sendo este arquivo aberto em seguida e seu conteúdo exibido para o usuário.
- d) O arquivo original é recortado e colado na mesma pasta, sendo que este arquivo continua fechado e sem exibição de seu conteúdo para o usuário.
- e) A pasta e o arquivo nela contido são enviados para a lixeira do sistema, desaparecendo assim da área de trabalho.

### Questão 18

O artigo 7º da Carta Magna de 1988, em seu inciso IV afirma que o salário mínimo:

- I- Será fixado em lei.
- II- Regionalmente unificado.
- III- Capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.
- IV- Com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Analisados os itens, é CORRETO afirmar que:

- a) Apenas o item I está incorreto.
- b) Apenas o item II está incorreto.
- c) Apenas o item III está incorreto.
- d) Apenas o item IV está incorreto.
- e) Apenas os itens I e IV estão incorretos.

### Questão 19

Relativamente ao princípio da presunção de legitimidade ou de veracidade, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Esse princípio abrange dois aspectos importantes, quais sejam, a presunção de verdade e a presunção de legalidade.

- b) A presunção de veracidade de que trata esse princípio é absoluto, uma vez que abrange todos os atos.
- c) Esse princípio abrange três aspectos importantes, quais seja, a presunção de verdade e a presunção de legalidade e a presunção da proporcionalidade.
- d) A presunção de veracidade de que trata esse princípio é absoluto, tendo em vista o poder da coercibilidade e legalidade da Administração.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

### Questão 20

No tocante aos direitos sociais, assinale a alternativa CORRETA.

- I- Nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- II- É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
- III- O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- IV- É livre a associação profissional ou sindical.

Analisados os itens, é CORRETO afirmar que:

- a) Apenas o item I está incorreto.
- b) Apenas o item II está incorreto.
- c) Apenas o item III está incorreto.
- d) Apenas o item IV está incorreto.
- e) Apenas os itens II e III estão incorretos.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Questão 21

De acordo com o Estatuto do Idoso, as entidades governamentais e não governamentais de assistência à pessoa idosa ficam sujeitas à inscrição de seus programas perante o órgão competente da Vigilância Sanitária e o Conselho Municipal da Pessoa Idosa e, em sua falta, perante o Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados, dentre outros, o seguinte requisito:

- a) Apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios da lei.
- b) Oferecer atendimento personalizado e em pequenos grupos.



- c) Zelar pela observância dos direitos e garantias das pessoas idosas.
- d) Fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

**Questão 22**

Em 2007, a Conferência Nacional de Assistência Social deliberou sobre a necessidade de criar um padrão de identificação dos serviços do SUAS e, dessa forma, definiu-se pela elaboração da “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”, documento que veio a ser publicado em 2009 a partir de uma Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (Resolução nº 109/2009). Sobre o tema, avalie as afirmativas a seguir.

- I- Os serviços socioassistenciais do SUAS são apresentados um a um, divididos entre os que são considerados de proteção social básica e proteção social especial (os níveis de atenção dos serviços).
- II- São descritos os princípios organizativos do SUAS, os quais contribuem para a compreensão da complexidade de um sistema que é referência na prestação de serviços no campo da proteção social.
- III- É um instrumento estratégico para a descentralização democrática da assistência social, modificada a cada quatro anos, com a participação das organizações da sociedade civil.

Analisados os itens, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas o item I é verdadeiro.
- b) Apenas o item II é verdadeiro.
- c) Apenas o item III é verdadeiro.
- d) Os itens I, II e III são verdadeiros.
- e) Os itens II e III são verdadeiros.

**Questão 23**

De acordo com o que estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social, as entidades e organizações de assistência social podem, para defesa de seus direitos referentes à inscrição e ao funcionamento:

- a) Solicitar o monitoramento da política de assistência social e assessorar Estados, Distrito Federal e Municípios para seu desenvolvimento.
- b) Solicitar a avaliação da política de assistência social e assessorar Estados, Distrito Federal e Municípios para seu desenvolvimento.

- c) Fiscalizar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, municipal e do Distrito Federal do SUAS.
- d) Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social.
- e) Recorrer aos Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal.

**Questão 24**

De acordo com as recentes alterações inseridas na Lei Maria da Penha, as medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou:

- a) Do depoimento da ofendida.
- b) Do registro de boletim de ocorrência.
- c) Dos esclarecimentos prestados pelo agressor.
- d) Da notificação dos atos processuais.
- e) Do depoimento de testemunhas.

**Questão 25**

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA prevê, dentre outros, que devem ser garantidos a este público, o direito à vida e à saúde. Sobre este tópico, analise as seguintes proposições:

- I- Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
- II- O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas à capacitação dos técnicos de enfermagem visando disseminar a cultura do aleitamento materno e da alimentação saudável para crianças maiores de um ano no âmbito do sistema único de saúde (SUS).
- III- Os testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido serão disponibilizados pelo cartão nacional de saúde, no âmbito do programa nacional de triagem neonatal (PNTN), na forma da regulamentação elaborada pelo Ministério da Saúde, com implementação de forma escalonada.

Analisados os itens, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas o item III é verdadeiro.
- b) Os itens I, II e III são verdadeiros.



- c) Apenas o item I é verdadeiro.
- d) Apenas o item II é verdadeiro.
- e) Apenas os itens II e III são verdadeiros.

**Questão 26**

A Lei N.º 8.069/1990, que dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), apresenta como dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Ainda nesse sentido, assinale a alternativa CORRETA que apresenta outra compreensão da garantia de prioridade:

- a) Destinação privilegiada de recursos privados nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- b) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- c) Destinação privilegiada de socorro e saúde para grupos minoritários.
- d) Destinação privilegiada de recursos da educação para instituições privadas e filantrópicas.
- e) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à primeira infância.

**Questão 27**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Art. 18-A, explicita que a criança e o adolescente têm o direito de serem educados e cuidados pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. Também descreve formas não aceitáveis de corrigir, disciplinar e educar.

Dentre as atitudes não aceitáveis descritas no Art. 18-A, parágrafo único, para fins desta Lei, NÃO pode ser considerado:

- a) Humilhação.
- b) Ridicularização.
- c) Sofrimento físico e lesão.
- d) Ameaça grave.
- e) Negligência.

**Questão 28**

A educação social tem duas características distintas: o seu âmbito social e seu caráter pedagógico. Para Freire, toda prática educativa deve envolver o educador e o educando, promovendo objetos de conhecimento, métodos, processos, técnicas e materiais didáticos que os façam desenvolver um processo, uma mudança ou uma transformação, pois esta educação social é fundamentada na ação e na intervenção sistemática. Sabendo disso, o \_\_\_\_\_ consiste em satisfazer as necessidades básicas que derivam de uma situação de dificuldade social, sem entrar na modificação das condições que geram essa situação.

Assinale a alternativa que completa a sentença CORRETAMENTE.

- a) Modelo de controle.
- b) Modelo assistencial.
- c) Modelo tecnocrático.
- d) Modelo participativo.
- e) Método inclusivo.

**Questão 29**

Fundamentado no Art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

- I- A presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho.
- II- A associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço.
- III- O aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.
- IV- A prática em pesquisas educacionais e desenvolvimento de projetos pedagógicos com alunos com necessidades especiais.

São CORRETAS as sentenças:

- a) I, II e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I, II, III e IV.
- e) III e IV.

**Questão 30**

Sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), assinale V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas:

- () A EJA é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
- () Os sistemas de ensino devem assegurar gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.
- () O Poder Público deve estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.
- () A EJA não deverá ter articulação com a educação profissional.

Assinale a sequência CORRETA:

- a) V-V-V-V.  
b) V-V-F-F.  
c) F-V-V-F.  
d) F-F-V-F.  
e) V-V-V-F.

**Questão 31**

Conforme o Art. 38 da LDBEN - Lei N.º 9394/96, os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. Os exames a que se refere este artigo da lei realizar-se-ão:

- a) Para os maiores de quinze anos, no nível de conclusão do ensino fundamental e para os maiores de dezoito anos, no nível de conclusão do ensino médio.
- b) Para os maiores de treze anos, no nível de conclusão do ensino fundamental e para os maiores de dezoito anos, no nível de conclusão do ensino médio.
- c) Para os maiores de quinze anos, no nível de conclusão do ensino fundamental e para os maiores de dezenove anos, no nível de conclusão do ensino médio.
- d) Para os maiores de quatorze anos, no nível de conclusão do ensino fundamental e para os maiores de vinte anos, no nível de conclusão do ensino médio.
- e) Para os maiores de dezesseis anos, no nível de conclusão do ensino fundamental e para os

maiores de vinte anos, no nível de conclusão do ensino médio.

**Questão 32**

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), entende-se por educação especial:

- a) Uma etapa da educação básica destinada ao ensino particular de estudantes com necessidades educacionais especiais.
- b) Um nível da educação básica brasileira que acontece paralelo ao ensino comum, em espaços não escolares.
- c) Uma categoria de educação inclusiva oferecida nas salas de aula especiais para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.
- d) Uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- e) Uma modalidade de educação escolar oferecida obrigatoriamente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência.

**Questão 33**

As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a:

- I- Atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e de cidadã.
- II- Incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento.
- III- Respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais.
- IV- Reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, priorizando o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança.
- V- Articular as dimensões ética, humanista e política da criança cidadã com as evidências científicas e a prática profissional no atendimento da primeira infância.



São CORRETAS as sentenças:

- a) I, III e IV.
- b) I, II e V.
- c) I, II e IV.
- d) III e IV.
- e) I, II, III, IV e V.

#### Questão 34

A sociedade participa solidariamente com a família e o Estado da proteção e da promoção da criança na primeira infância, entre outras formas:

- Formulando políticas e controlando ações, por meio de organizações representativas.
- Instaurando conselhos com vistas ao controle social.
- Executando ações de forma exclusivamente direta sem a necessidade de parceria com o poder público.
- Desenvolvendo programas, projetos e ações compreendidos no conceito de responsabilidade social e de investimento social privado.
- Criando, apoiando e participando de redes de proteção e cuidado à criança nas comunidades.
- Promovendo ou participando de campanhas e ações que visem a aprofundar a consciência social sobre o significado da primeira infância no desenvolvimento do ser humano.

Após marcar V para verdadeiro e F para falso, assinale a sequência CORRETA:

- a) F-F-F-V-V-V.
- b) V-V-F-F-V-F.
- c) V-F-F-V-V-V.
- d) F-V-F-V-F-V.
- e) V-F-F-F-V-V.

#### Questão 35

Sobre o Programa Primeira Infância Melhor – PIM, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os Municípios que aderirem ao Programa Primeira Infância Melhor deverão prever em seus orçamentos anuais recursos das áreas da educação, assistência social, agricultura e esporte para financiamento e execução do PIM.
- b) No caso da execução do PIM pelas organizações não-governamentais, a assistência financeira e técnica do Estado será regulamentada por decreto do Poder Executivo.

- c) A assistência técnica será prestada pelas Secretarias Municipais da Saúde, da Assistência Social, Agricultura e Desporto, em suas respectivas áreas, intersetorialmente.
- d) A assistência financeira consistirá em repasse anual de recursos dos Fundos Estaduais da Educação para os respectivos Fundos Federais.
- e) Para atuação no PIM será exigida a formação de nível médio ou em cursos de licenciatura, nas áreas de educação para atuação como monitor, acrescida de capacitação específica para desenvolvimento das atividades do Programa com duração mínima de 180 horas.

#### Questão 36

O Grupo Técnico Municipal do Programa Primeira Infância Melhor será responsável pela seleção, capacitação e avaliação de:

- a) Visitadores, responsáveis pelo acompanhamento, planejamento, capacitação e avaliação do trabalho dos visitadores junto às respectivas famílias.
- b) Monitores, responsáveis pelo atendimento domiciliar às famílias, por meio do desenvolvimento de atividades específicas.
- c) Avaliadores, responsáveis pelo acompanhamento, planejamento, capacitação e avaliação do trabalho dos visitadores junto às respectivas famílias.
- d) Visitadores, responsáveis pelo atendimento domiciliar às famílias, por meio do desenvolvimento de atividades específicas.
- e) Avaliadores, responsáveis pelo atendimento domiciliar às famílias, por meio do desenvolvimento de atividades específicas.

#### Questão 37

O PIM será implementado na categoria:

- a) Individual, cujas atividades serão realizadas na própria casa das famílias, com crianças de zero a três anos, uma vez por semana.
- b) Individual, cujas atividades serão realizadas em local da comunidade, uma vez por semana, com grupos formados por crianças de três a cinco anos de idade, juntamente com seus pais, e com grupos de gestantes.
- c) Coletiva, cujas atividades serão realizadas na própria casa das famílias, com crianças de zero a três anos, uma vez por semana.
- d) Coletiva, cujas atividades serão realizadas na própria casa das famílias, com crianças de zero a seis anos, duas vezes por semana.



- e) Individual, cujas atividades serão realizadas em local da comunidade, duas vezes por semana, com grupos formados por crianças de dois a seis anos de idade, juntamente com seus pais, e com grupos de gestantes.

**Questão 38**

Acerca do serviço de acolhimento institucional, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características de instituição pública.
- b) As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma hierárquica e unilateral.
- c) Este serviço destina-se a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.
- d) O atendimento prestado deve ser personalizado e em grandes grupos, a fim de atender uma maior demanda.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

**Questão 39**

As entidades que desenvolvem programas de institucionalização de longa permanência para pessoa idosa devem adotar os seguintes princípios:

- a) Atendimento com grandes grupos.
- b) Manutenção da pessoa idosa na mesma instituição, salvo em caso de força maior.
- c) Demonstrar a idoneidade de seus dirigentes.
- d) Participação da pessoa idosa nas atividades comunitárias, exclusivamente, de caráter interno.
- e) Participação da pessoa idosa nas atividades comunitárias, exclusivamente, de caráter externo.

**Questão 40**

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental devem comunicar ao Conselho Tutelar três tipos de ocorrência. A esse respeito, considere as seguintes afirmações:

- I- Comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos aos pais dos alunos.
- II- Comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- III- Comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.

Agora, baseado nos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas I e III estão corretas.
- c) Apenas II e III estão corretas.
- d) Apenas III está correta.
- e) Apenas II está correta.